

“Eu fui desertor. Digo-o com todo o gosto”

Guerra



Milhares de jovens desertaram durante a guerra colonial. Para que a deserção saia “debaixo do tapete”, vai ser lançado um livro, foi criada uma nova associação e um colóquio vai abordar, pela primeira vez, um tema que teima em andar em torno “do binómio coragem/cobardia”. “Ainda é preciso explicar”

Catarina Gomes

Fernando Cardoso lembra-se bem do dia. Foi até um quartel em Lisboa e fez-se anunciar: “Eu sou desertor.” Tinham passado uns dois anos do 25 de Abril de 1974. O militar que o recebeu ficou atropalhado, sem saber o que fazer, informou o superior. “Meu capitão, está aqui um desertor.” A primeira coisa que o capitão lhe disse foi: “E o armamento? E a farda?” “[Para os militares,] era como se nós fôssemos bichos, pessoas de outra espécie.” “Está aqui a lei”, mostrou-lha.

Decreto-lei n.º 180/74, de 2 de Maio: “Considerando que muitos militares, quer pertencentes aos quadros permanentes, quer no âmbito do serviço militar obrigatório, se ausentaram do país por motivos de natureza ideológica e política, devido ao regime então em vigor; considerando que muitos jovens se

ausentaram do país, pelos mesmos motivos, recusando-se a cumprir as disposições da Lei do Serviço Militar; tendo em atenção o desejo manifestado por todos esses portugueses de se integrarem de novo na comunidade nacional, com vista à reconstrução que se inicia, é amnistiado o crime de deserção.”

O diploma perdoava os desertores de 40 anos, terão mesmo sido absolvidos? Pela sociedade? Pelos militares? “[A ideia que ainda permanece é a de que] fomos uns tipos com falta de coragem, traidores à pátria”, nota Fernando Cardoso. Essa é uma das razões por que um grupo de 22 exilados e desertores políticos vêm agora dar a conhecer as suas experiências e motivações em livro. *Exilios – Testemunhos de Exilados e Desertores Portugueses na Europa (1961-1974)*

é lançado no sábado na Biblioteca Sophia Mello Breyner, na cidade algarvia de Loulé, e a 12 de Maio no núcleo de Lisboa da Associação José Afonso.

Através de memórias pessoais, pretendem demonstrar como a deserção política foi, afinal, um acto de coragem. E de como, passado este tempo, podem dizer que têm “orgulho” de ter desertado, em vez de terem ido à guerra, como era obrigatório.

“Eu fui desertor. Digo-o com todo o gosto”, diz Fernando Cardoso, mentor da iniciativa, que preside a uma nova associação que iniciou este ano funções. A Associação de Exilados Políticos Portugueses quer recolher e divulgar memórias do exílio e “apoiar e desenvolver iniciativas pela paz, pelos direitos humanos, contra a guerra”.

Buraco negro da História

Tendo o livro como âncora, a 27 de Outubro vai também realizar-se um colóquio que vai juntar historiadores e investigadores de outras áreas para debater, pela primeira vez, a questão da deserção e do exílio. *Exilios e Memória* juntará o Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa e o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (UC).

“É um buraco negro da História

contemporânea. A deserção é um assunto metido debaixo do tapete”, refere Fernando Cardoso. “Muitas pessoas que fizeram parte do regime democrático, mesmo os militares de Abril, nunca se libertaram dessas ideias. ‘Nós fomos à guerra, mesmo sendo contra. Eles foram-se embora para uma vida sem risco, sem a perspectiva da morte’”, diz, por sua vez, Rui Bebbiano, um dos testemunhos do livro, no duplo papel de desertor e historiador.

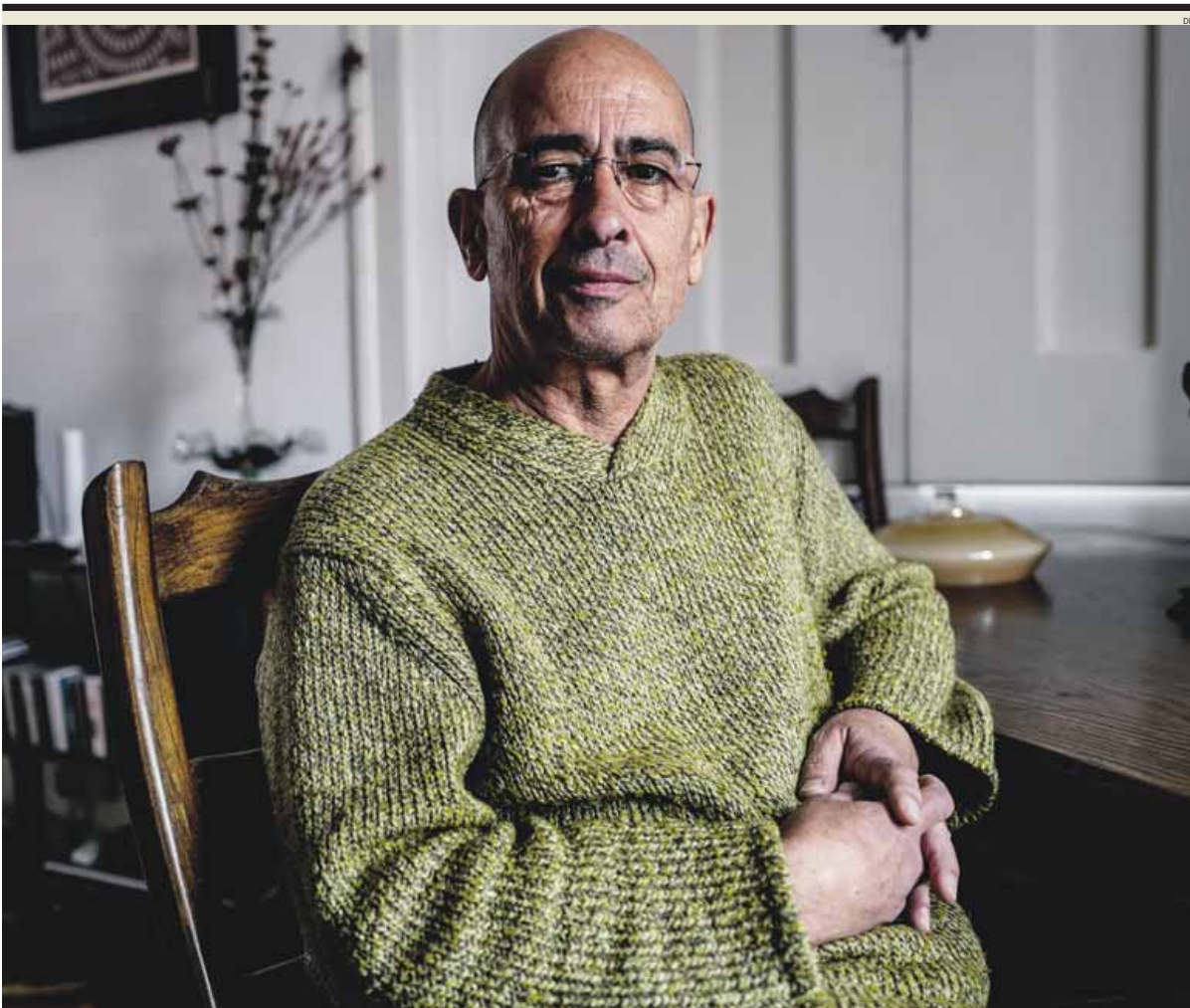
Rui Bebbiano, que é também director do Centro de Documentação 25 de Abril da UC, diz que “esta é uma oportunidade de explicar os que desertaram por convicção ideológica, não por medo ou por receio”. Nota que muitas deserções políticas foram de antigos militares, a maioria oficiais, o que, na altura, contribuiu para o enfraquecimento da imagem pública do regime.

“Para o cidadão comum, os desertores são aqueles tipos que estiveram na bela vida, numa esplanada de Paris. É uma imagem compreensível”, admite Bebbiano. O que o livro pretende trazer ao público são testemunhos

de pessoas que mostram que “muitos passaram fome, algumas pessoas abandonaram a família, às vezes as namoradas, as mulheres, empregos, amigos, hábitos, não acabaram o curso. Tinham estatuto de classe média, foram cumprir as tarefas mais miseráveis. Não foi uma situação de privilégio. Causou traumas. Há vidas marcadas por isso”. “Ainda é preciso explicar”, defende.

Hoje, passados 40 anos, Rui Bebbiano fala de um sentimento de “orgulho” associado à deserção política, “um momento de coragem”, notando que havia mesmo algumas pessoas que desistiam de desertar no último momento, “que não tiveram a coragem de desertar” e de como isso também “envergonhava”.

“Pensava-se que era para toda a vida.” Rui Bebbiano lembra o dia “inesquecível” em que saiu de casa dos pais, pensando: “Não vou voltar a vê-los.” “Saí da casa dos meus pais com uma mala cheia de livros, o que não é prático para desertar. O peso...”, diz a sorrir. Tinha 21 anos, “alguma ingenuidade”. No seu caso, acabou por vir o 25 de Abril e não



chegou a passar a vida de clandestinidade para o outro lado da fronteira.

“Não condenamos quem foi. Era obrigatório”, diz Fernando Cardoso. Mas hoje, à distância, comenta: “Não sei se era mais fácil ir para a guerra ou desertar. Desertar era para sempre, tinha de se deixar a família; os homens que iam à guerra corriam perigo de vida, mas tinham a sua vida normalizada no regresso. A vida de desertor é desnormalizada”, refere.

Não era só a instituição militar que via com maus olhos a deserção antes de ir para a guerra – o próprio PCP defendia a deserção, mas já no teatro de guerra. Entendia que os militantes tinham a tarefa de esclarecer os outros soldados e incitá-los a desertar, explica a historiadora do Instituto de História Contemporânea da Universidade de Lisboa Irene Pimentel no pós-fácio do livro.

Já “os sectores de esquerda mais radical defendiam a deserção antes da mobilização”. Organizações de extrema-esquerda – os 22 autores pertenceram à Organização Comunista Marxista Leninista Portuguesa (OCMLP), extinta em 1975 – demarca-

A ideia que ainda permanece é a de que “fomos uns tipos com falta de coragem, traidores à pátria”, diz Fernando Cardoso

vam-se do PCP também na forma de recusa à guerra: desertaram antes de irem, mas consideravam que o período de recruta lhes poderia ser útil.

Fernando Cardoso fala dos seis meses de recruta num tom cómico, tinha 21 anos. Diz que entendeu aquele período como “formação técnico-profissional de borla, com comida e dormida incluídas”. “Interessava-me aprender a manusear armas. Aprendi imensa coisa, a orientar-me à noite pelas estrelas, cartografia, a manusear G3. Muito interessante.” A leitura de mapas, por exemplo, foi-lhe útil para passar a fronteira a salto ali na

zona de Marvão; o percurso que se seguiu foi feito numa Renault 4L com problemas de embraiagem.

A chegada a França, onde viveu seis anos, o espanto: “Pessoas abraçadas, pessoas a darem beijos às namoradas, as cores, a naturalidade versus a contenção ‘do parece mal’, ‘o que é que as pessoas vão pensar’.” Teve, como muitos, o seu momento de *overdose* de liberdade, com sessões contínuas de cinema – entrava às 12h na cinemateca e saía às 24h. Em Portugal, acabou por fazer a sua carreira na área do vídeo e multimédia. “Estava fascinado com as coisas que havia para fazer no mundo.”

A maior parte dos que rumaram à Europa ficaram em França, na Holanda, na Dinamarca e Suécia. Seis dos autores do livro não voltaram para Portugal, onde mantinham ligações às lutas de libertação de países africanos. No caso da OCMLP, organizaram também comités de desertores.

O historiador do Centro de Estudos Sociais da UC Miguel Cardina, que está a estudar o tema da deserção, diz que persiste até hoje uma leitura feita “à luz do binómio coragem/cobardia,

seja de forma explícita ou nas entrelinhas”. “A ideia da virilidade e da masculinidade” presente “na instituição militar”, ainda numa lógica de “condenação” ou de “justificação”.

Alegre “traiu a pátria”

Lembra que esta leitura esteve muito presente na campanha presidencial de Manuel Alegre, em 2011. Esse argumento, de que foi desertor, foi esgrimido contra si por algumas pessoas, como forma de o desqualificar como sendo pouco patriótico. “Não podia ser Presidente porque tinha todo medo, tinha traído a pátria”, recorda Rui Bebbiano. O histórico socialista chegou a acusar dois *bloggers*, um deles militar, de difamação por esse motivo.

O tema voltou a assomar com o documentário do realizador Rui Simões *Guerra e Paz*, em 2014, recorda Miguel Cardina. O filme aborda a questão da deserção, com vários testemunhos, incluindo o do próprio, que viveu exilado na Bélgica. No filme fala “do choque” de estar em Lisboa e ver regressar os seus amigos mais velhos transformados

DR pela guerra: “Contavam cenas de grande violência com grande orgulho. Eram pessoas diferentes.”

O historiador nota que a deserção se menciona de passagem nos livros sobre a guerra colonial, mas é um tema que permanece por estudar, tanto que se desconhece ao certo quantos serão os que o terão feito por convicções políticas.

No colóquio de 27 de Outubro, o historiador, que está a fazer um trabalho sobre o tema com a investigadora Susana Martins, vai apresentar números mais definitivos sobre a realidade. No Centro de Documentação 25 de Abril da UC está também a conduzir entrevistas a desertores em formato vídeo, para passarem a constar do Arquivo de História Oral da instituição. E o que se nota, apenas por esta pequena amostra, é que há motivações muito diferentes entre quem desertou: às vezes a recusa da disciplina militar, a politização já depois da deserção. O que é importante dizer é que a deserção por motivos políticos foi levada a cabo por uma minoria de pessoas, que fica diluída na imensidão dos que saíram do país para fugir a uma guerra que roubava três anos de vida (um ano de formação e dois no teatro de guerra).

Estima-se que terão sido 200 mil os que emigraram por motivos económicos durante o período do conflito, saídas motivadas pelas más condições de vida, pela falta de perspectivas no país. Mas esses não são considerados desertores, entram na designação de “faltosos” (que já não estão em Portugal quando são chamados para a inspecção), um universo diferente dos “refractários” (os que vão à inspecção e fogem antes da recruta). Chama-se desertores aos que abandonam uma unidade militar já incorporados, o que poderá já ser relacionado com a recusa da guerra por razões políticas, nota o investigador. Não há estudos, mas terão sido milhares – só em 1969 dados oficiais dizem que foram 200, refere Miguel Cardina.

Quase silêncio em torno do tema pode estar, em larga medida, ligado “ao facto de o advento da democracia em Portugal ter sido feito pelos militares, o que depois condiciona a forma como é feita a análise da guerra, na dificuldade, por exemplo, de abordar os ‘Wiriamus [massacre em Moçambique levado a cabo por tropas portuguesas] que aconteceram’”, comenta Miguel Cardina.

O mesmo se aplica ao tema da deserção. “Recusar a guerra parece que é estar do lado errado da História. Era preciso ir à guerra e depois fazer uma revolução”, ironiza. “Esta é uma memória fraca, subalterna, que não tem a força de inscrição de outras memórias sobre a guerra.” O que os desertores políticos querem é também fazer parte da História.